

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Revisão tarifária divide distribuidoras e consumidores	2
Título: Municípios se desenvolvem com base na geração eólica	4
Título: Rio pede a Fux prazo para conciliar royalties do petróleo	6
Título: Petrobras deve reportar resultado trimestral melhor.....	7
VEÍCULO: O Globo.....	9
Título: Constituição confere royalties do petróleo apenas aos produtores	9
Título: Ancelmo Gois	10
Título: Royalties: Rio busca adiar julgamento no STF	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Gasolina: nova queda.....	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/10/2020****Seção: Empresas****Autor: Gabriela Ruddy****Título: Revisão tarifária divide distribuidoras e consumidores**

Distribuidoras de energia elétrica e associações de consumidores protagonizam um novo debate sobre um possível aumento nas tarifas. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) discute o reequilíbrio econômico-financeiro das concessões de distribuição devido aos impactos da pandemia e as concessionárias de distribuição defendem a necessidade de uma revisão tarifária extraordinária para equacionar os impactos das medidas de restrição à circulação, que levaram à queda no consumo de energia, enquanto os consumidores argumentam que o aumento no preço pode afetar a retomada econômica.

A discussão é necessária para assentar os efeitos da crise no setor, que foi fortemente afetado pela queda na demanda e pelo aumento da inadimplência nos últimos meses. Entre março e agosto, a Aneel suspendeu os cortes de fornecimento de todos os consumidores em casos em que não houvesse o pagamento das contas de luz. O índice de inadimplência chegou a 9,8% em abril, de acordo com dados do Ministério de Minas e Energia (MME). Uma primeira etapa das medidas para aliviar os efeitos da pandemia foi a criação do empréstimo da “conta covid”, ajuda de R\$ 14,8 bilhões usada para dar liquidez ao setor. O financiamento foi oferecido por um grupo de 16 instituições financeiras, lideradas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

ADVERTISING

Inadimplência chegou a atingir 9,8% em abril devido à pandemia, segundo o Ministério de Minas e Energia

À época da criação da solução, no entanto, ficou acordado que a Aneel precisaria chegar a um consenso sobre o reequilíbrio das concessões. O assunto foi tema da Consulta Pública 35 da agência, que propôs a aplicação de um teste de admissibilidade que avaliaria quais empresas poderiam ter uma revisão tarifária. A proposta tem recebido críticas do setor de distribuição, pois, de acordo com os critérios propostos, somente a Amazonas GT teria direito à revisão.

“A metodologia merece um aperfeiçoamento, porque o teste proposto identifica apenas as distribuidoras frágeis financeiramente e não aquelas que

sofreram impacto das decisões de restrições de mobilidade. Do jeito como o teste está, prejudica as distribuidoras bem geridas. É possível que uma distribuidora tenha sido impactada pela pandemia e precise do reequilíbrio, mas não esteja em uma situação financeira frágil”, explica o sócio do escritório de advocacia Reis Gomes, Victor Gomes.

Um dos principais receios do setor é que a discussão leve a uma judicialização, pois as distribuidoras de energia argumentam que as medidas adotadas para o combate à crise sanitária não se enquadram em riscos inerentes à concessão. “A condição econômico-financeira é estabelecida no momento da assinatura do contrato e deve ser mantida. A equação financeira tem que ser garantida e preservada ao longo de toda a concessão. Uma nova judicialização no setor não seria benéfica nem para as concessionárias, nem para os consumidores”, explica Fabiano Brito, sócio do escritório Mattos Filho.

Por outro lado, apesar das fortes quedas em abril e maio, a demanda por energia tem crescido nos últimos meses e desde agosto já está acima dos patamares observados em igual período do ano passado. Por isso, a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace) defende que não há espaço para a revisão das tarifas, que incorporaria efeitos de curto prazo aos preços. “São contratos de concessões de décadas. Houve um empréstimo bilionário para o setor justamente para não haver aumento de tarifa. Estamos falando de garantias de rentabilidade num contexto em que os negócios tiveram que se repensar. O setor industrial olha para o setor regulado e vê que ele se fechou numa bolha”, diz o diretor técnico da Abrace, Fillipe Soares.

O executivo afirma que, apesar de ainda não ser possível estimar o tamanho de um eventual aumento nas tarifas, a decisão vai impactar na recuperação da atividade econômica. “Sempre ouvimos estimativas na casa dos bilhões. Cada aumento na conta de energia tem um impacto brutal nos produtos e serviços e reflete muito no que é produzido, seja para consumo interno ou para exportação”, argumenta.

As distribuidoras afirmam, no entanto, que o reequilíbrio dos contratos pode vir de outras maneiras, além da revisão tarifária. Durante conferência com analistas em outubro, o CEO da Neoenergia, Mário Ruiz-Tagle, demonstrou abertura para discutir soluções. “O principal interessado em que a tarifa elétrica não suba é o segmento de distribuição. A tarifa tem grande impacto sobre o cliente e quem recebe este impacto é a distribuidora, com diminuição do consumo e aumento da inadimplência”, disse o CEO da companhia que controla as concessionárias Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP), responsáveis por atender cerca de 14 milhões de clientes.

Advogados concordam que seria possível abordar o reequilíbrio sem aumentos nas tarifas. “Há uma preocupação muito grande da modicidade tarifária por parte do regulador, mas é importante distinguir se o concessionário teve impacto. A resolução não é somente pelo aumento da tarifa, existem outras formas que poderiam ser consideradas, como a extensão de concessões”, explica a sócia de energia do Machado Meyer Advogados, Ana Karina Souza.

O recebimento de contribuições para a Consulta Pública 35 foi encerrado em 5 de outubro e gerou 22 comentários. A expectativa do setor é que a Aneel se posicione sobre o assunto até o fim do ano. Procurada, a agência afirmou que as contribuições recebidas na consulta estão em análise. “Este é um tema muito caro não só para as distribuidoras, mas para qualquer prestadora de serviço público. O equilíbrio econômico-financeiro é o principal ‘driver’ de qualquer investidor. Acredito que todos estão trabalhando para um consenso [sobre o tema]. É importante não perder o norte do respeito aos contratos, pois é isso que traz a segurança para mais investimentos no setor”, acrescenta Ana Karina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: Municípios se desenvolvem com base na geração eólica

Além de gerar energia limpa e renovável, as usinas eólicas movimentam a economia das regiões onde estão instaladas, aumentam os rendimentos das famílias que arrendam terrenos para a construção dos parques e ainda melhoram os indicadores de municípios que, em geral, têm poucas alternativas de desenvolvimento econômico.

A conclusão é de um estudo da consultoria GO Associados, encomendado pela Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) e antecipado ao **Valor**.

“Desde que vimos os primeiros parques eólicos serem instalados no Brasil, percebemos esse efeito socioeconômico. Mas faltava realmente medir as externalidades positivas”, afirma a presidente da entidade, Elbia Gannoum.

Segundo o estudo, os R\$ 66,9 bilhões investidos na expansão do parque eólico brasileiro entre 2011 e 2019 se traduziram, devido ao efeito multiplicador, num impacto de R\$ 262 bilhões na economia das regiões Nordeste e Sul, que concentram quase 100% dos empreendimentos eólicos do país. Com isso, geraram mais de 498 mil empregos por ano, em média, e R\$ 45,2 bilhões em massa salarial. Em tributos, foram arrecadados R\$ 22,4 bilhões.

Porém, um dos efeitos mais importantes da geração eólica aparece não nos grandes números, mas no universo “micro”, das famílias. Grande parte dos empreendimentos são construídos em terras arrendadas, e não compradas. Para quem aluga seu terreno - principalmente produtores rurais e agricultores de subsistência -, a chegada de um parque representa uma nova fonte de renda. “O sistema é quase como um Bolsa Família”, afirma Gesner Oliveira, sócio da GO Associados.

A partir de dados de 2018, a consultoria estimou que os pagamentos de arrendamentos alcançam em torno de R\$ 165,5 milhões ao ano. Esse valor tem potencial de promover um ganho de R\$ 524,6 milhões para a economia do Nordeste e Sul, gerando mais de 8 mil empregos e R\$ 43,2 milhões em massa salarial.

“A eólica é talvez a única forma de produção de energia elétrica que não concorre com outras atividades econômicas no mesmo local. Ela tem um caráter complementar, porque a ocupação da terra [para instalação do parque] está em torno de 5%. Se você cria gado ou desenvolve uma atividade agrícola, você não precisa abrir mão disso para fazer a energia eólica”, ressalta Elbia.

O estudo conseguiu ainda constatar que os municípios com parques eólicos tiveram maior crescimento econômico, total e per capita, se comparados a outras cidades similares que não hospedam empreendimentos do tipo. A instalação das usinas aumentou em 21,15%, em média, o PIB municipal real. Já para o PIB municipal per capita, o efeito observado foi de 19,69%.

Já no âmbito social, o estudo também captou evoluções no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), mas algumas análises foram um pouco prejudicadas pela defasagem dos últimos dados disponíveis.

A melhora da qualidade de vida da população se torna perceptível, porém, no nível de saneamento nos municípios com eólicas. Com base nos dados de Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) até 2018, observou-se que a instalação dos parques aumentou, em média, o índice de atendimento total de água em 6,98%.

Atualmente, o Brasil conta com 660 parques eólicos operacionais, que somam 17 GW de capacidade instalada, o equivalente a 10% da matriz elétrica brasileira. Os estados do Rio Grande do Norte e Bahia despontam como os dois maiores produtores da fonte eólica (4,8 e 4,5 GW, respectivamente), seguidos pelo Ceará (2,2 GW), Piauí (2,0 GW) e Rio Grande do Sul (1,8 GW).

No futuro, a presidente da Abeeólica acredita que novas fronteiras regionais serão desbravadas pela fonte renovável. De acordo com a executiva, a evolução

tecnológica dos aerogeradores poderá permitir bons níveis de geração eólica mesmo em lugares onde os ventos não são tão potentes, como no Estado de São Paulo. “Nossas próximas fronteiras são a offshore [no mar], armazenamento e parques híbridos”, acrescenta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/10/2020

Seção: Brasil

Autor: Luísa Martins

Título: Rio pede a Fux prazo para conciliar royalties do petróleo

Em mais uma tentativa de solucionar, pela via extrajudicial, o impasse em torno das regras para divisão dos royalties do petróleo, o governador em exercício do Rio de Janeiro, Claudio Castro, vai se reunir hoje à tarde com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux.

Após sucessivos adiamentos, a matéria está prevista para ser julgada em 3 de dezembro. O plenário vai decidir se confirma ou revoga a liminar concedida em 2013 pela ministra relatora, Cármen Lúcia, para suspender trecho da Lei dos Royalties sobre os critérios de distribuição.

Castro deve pedir a Fux que retire o processo da pauta. Em troca, vai se propor a liderar uma nova possibilidade de acordo que envolva parlamentares estaduais e federais, União e outros governadores envolvidos.

O Rio estima perda de R\$ 57 bilhões nos próximos cinco anos caso a liminar seja derrubada - valor significativamente alto para um Estado em crise fiscal.

A proposta do governador em exercício - que assumiu após o afastamento de Wilson Witzel, determinado em setembro pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) - é tentadora para Fux, um entusiasta da conciliação como forma de resolver conflitos sem sobrecarregar o Judiciário.

Entretanto, ao ceder a esse apreço, o ministro iria de encontro aos seus discursos mais recentes em defesa da colegialidade das decisões. Desde que levou a plenário o caso do traficante André do Rap, que gerou mal-estar com o ministro Marco Aurélio Mello, ele tem batido na tecla de que é importante “desmonocratizar” o tribunal.

No caso da liminar da ministra, o caso é ainda mais delicado, pois trata-se de uma monocrática que já dura sete anos, sem nunca ter sido levada a plenário.

Sancionada pela então presidente Dilma Roussef, a Lei dos Royalties aumentou os recursos destinados a Estados não produtores de petróleo e reduziu os ganhos dos produtores, como Rio, São Paulo e Espírito Santo.

Ao analisar o caso, Cármen Lúcia entendeu que essa parte da norma causava prejuízo ao direito adquirido dos Estados produtores. Com a decisão, voltou a valer o método anterior de divisão.

No ano passado, a relatora chegou a propor um acordo para que os entes interessados resolvessem o conflito. Uma comissão foi criada para que os procuradores-gerais dos Estados, em conjunto com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), pudessem debater o tema.

As tratativas, porém, não avançaram no ritmo esperado e, vinda a pandemia, paralisaram. O governo capixaba também apresentou um modelo conciliatório que, de igual modo, não vingou.

Os Estados não produtores, assim como a CMN, veem nas propostas uma tentativa de manter as coisas como estão - vantajosa apenas para os produtores.

Em 2019, quando o plenário decidiu manter a obrigatoriedade dos Estados produtores de repassarem 25% dos royalties a todos os municípios de seu território, os ministros deram indícios de como devem se posicionar no julgamento de dezembro.

O ministro Edson Fachin, por exemplo, sustentou que os royalties são da União, cabendo à ela a decisão sobre a melhor forma de distribuição. Já Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Fux sinalizaram que os Estados produtores também podem ser considerados “donos” da quantia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/10/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Gabriela Ruddy

Título: Petrobras deve reportar resultado trimestral melhor

A Petrobras deve divulgar o balanço do terceiro trimestre, amanhã, com uma melhora expressiva nos resultados em relação ao trimestre anterior - período do auge da contração da demanda e do choque de preços do petróleo no mercado internacional. O aumento da produção e das vendas, acompanhado da recuperação dos preços da commodity, reforça a sensação de que o pior já passou, mas, ainda assim, a expectativa é que os números permaneçam abaixo dos indicadores do terceiro trimestre de 2019.

De acordo com a média das projeções das oito casas de análise consultadas pelo **Valor**, a previsão é que a Petrobras reporte receita líquida da ordem de R\$ 74,2 bilhões relativa ao período entre julho e setembro, o que representa alta de 45,9% em relação ao trimestre anterior, mas contração de 3,6% na comparação com o terceiro trimestre de 2019. Já o Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é estimado em R\$ 30,9 bilhões - alta de 24% em relação ao período entre abril e junho e queda de 4,9% na comparação anual.

Não há consenso, porém, se a Petrobras voltará ao azul, depois de acumular, no primeiro semestre, prejuízo de R\$ 51,2 bilhões - resultado puxado, sobretudo, pela baixa contábil de R\$ 65,3 bilhões anunciada no primeiro trimestre, devido à perda no valor de ativos e investimentos ("impairments"). Três das casas de análise (Credit Suisse, Itaú BBA e XP) projetam novo prejuízo, enquanto as demais - BTG, J.P. Morgan, Safra, Morgan Stanley e o Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo (Inep) - preveem lucro. As estimativas, porém, podem ser distorcidas, para cima ou para baixo, por eventuais efeitos não recorrentes.

A expectativa, nesse sentido, é que o balanço seja positivamente afetado pela entrada de cerca de US\$ 590 milhões no caixa oriundos da venda de ativos. O destaque fica por conta da alienação dos 10% remanescentes da Transportadora Associada de Gás (TAG) e dos polos de Pampo e Enchova (Bacia de Campos).

Do ponto de vista das receitas recorrentes, a XP Investimentos lembra que os resultados do terceiro trimestre devem ser "significativamente melhores" do que aqueles apresentados no trimestre anterior. A melhoria reflete a elevação tanto da produção quanto dos preços do barril de petróleo.

Somando-se a produção de óleo e de gás, a Petrobras produziu no terceiro trimestre, ao todo, 2,952 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia), crescimento de 5,4% ante o período entre abril e junho e de 2,6% frente à comparação anual. Já o barril do tipo Brent foi negociado, em média, a US\$ 43 entre julho e setembro, ante o patamar de US\$ 29 do segundo trimestre e de US\$ 62 do terceiro trimestre de 2019.

Além disso, a gradual recuperação do mercado brasileiro de combustíveis deve impactar positivamente o balanço. Ao todo, as vendas de derivados subiram 17,6% em relação ao segundo trimestre, embora ainda tenham ficado 2,4% abaixo dos patamares do terceiro trimestre de 2019. O fator de utilização das refinarias, por sua vez, alcançou média de 83% entre julho e setembro, ante os níveis de 70% do segundo trimestre.

O Credit Suisse destaca, em função desse cenário, que a Petrobras está de volta "à vida quase normal". O banco acredita que a estatal apresentará "resultados

sólidos”, embora os efeitos da crise desencadeada pela pandemia de covid-19 estejam presentes e contribuam para manter o resultado da empresa no vermelho. O Credit estima que o balanço do terceiro trimestre sentirá impacto negativo de US\$ 2,8 bilhões, devido à depreciação do real frente ao dólar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/10/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Constituição confere royalties do petróleo apenas aos produtores

O confisco da indenização por estados que não produzem infringe determinações expressas da Carta

O julgamento marcado para o início de dezembro no STF, para tratar da lei de 2012 que confisca parte dos royalties dos estados produtores de petróleo, pode trazer não apenas danos irreparáveis às finanças do Rio, mas também consequências gravíssimas à segurança jurídica e ao equilíbrio federativo no país. A lei desrespeita dispositivos constitucionais cristalinos.

Ao aprová-la, num confronto desigual no Legislativo entre estados produtores e não produtores, o Congresso atropelou o conceito de royalty: indenização a entes federativos que exploram recursos naturais e incorrem, em virtude dessa exploração, nalgum dano ou risco. Trata-se de compensação pelas implicações negativas trazidas pela exploração às populações dos estados e municípios produtores.

A Ação de Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo Rio de Janeiro, com base na qual a ministra Cármen Lúcia suspendeu em liminar de 2013 os efeitos da lei, está lastreada nos artigos 20 e 155 da Constituição. O primeiro assegura aos produtores “participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial, ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

O segundo artigo estabelece que o ICMS sobre o petróleo será recolhido no estado onde é consumido, não produzido (caso de outros produtos). Royalties também servem, portanto, para compensar o desbalanceamento tributário. A lei aprovada em 2012, além de tudo, desconsidera essa realidade.

Ao aceitar a demanda do Rio, em benefício de outros entes federativos, a ministra destacou que o direito deles “decorre de sua condição territorial e dos ônus que

têm de suportar ou empreender pela sua geografia e de assumir em sua geoeconomia, decorrentes daquela exploração. Daí a garantia constitucional de que participam do resultado ou compensam-se pela exploração de petróleo ou gás natural".

As distorções criadas em municípios fluminenses pela primeira onda dos royalties, na exploração da Bacia de Campos, são pedagógicas. Favelização e aumento da violência foram alguns dos efeitos da atração de mão de obra.

A quebra da norma constitucional ameaça outras indenizações, como as destinadas a Minas Gerais pela exploração de minério de ferro, causadas tragédias de Mariana e Brumadinho, em que o estado precisou do amparo da União e de outros entes federativos. Tão insensato quanto subtrair de Minas os royalties da mineração é tirá-los dos estados produtores de petróleo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/10/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: Ancelmo Gois

STF vai adiar o julgamento da mudança da regra dos royalties

O ministro Luiz Fux anuncia, hoje, o adiamento do julgamento do processo, marcado para o dia 3 de dezembro, que redistribui com estados não produtores os royalties do petróleo. O presidente do STF, que recebe, também hoje, o governador Cláudio Castro e o presidente da Alerj, André Ceciliano, pretende, com isso, dar um tempo para que haja uma negociação entre as partes, em busca de um acordo.

Em tempo...

Nas contas da ANP, o prejuízo para o estado do Rio com as mudanças das regras de royalties, incluindo seus municípios, poderia ser de R\$ 56 bilhões até 2022.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/10/2020

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa, Marcello Corrêa e André Coelho

Título: Royalties: Rio busca adiar julgamento no STF

Cláudio Castro se encontra hoje com o presidente da Corte, Luiz Fux. Especialistas contestam lei que redivide recursos, com argumento de que

Constituição determina aos estados produtores compensação pelos riscos e impactos do setor de petróleo

Rio e Brasília - O governador em exercício do Rio, Cláudio Castro (PSC), encontra-se hoje com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, para solicitar o adiamento do julgamento da ação sobre a redistribuição dos royalties do petróleo, marcado para 3 de dezembro.

Segundo fontes, a estratégia do Rio é focar agora no adiamento da sessão e ganhar tempo para iniciar uma nova rodada de discussões com os outros estados do país em busca de um acordo. Entre parlamentares que acompanham a negociação, a avaliação é que a tendência é a de retirada do tema de pauta.

A discussão em torno dos royalties se arrasta desde 2012, quando o Congresso aprovou uma lei com novas regras de distribuição dos recursos gerados pela indústria do petróleo. A nova legislação reduzia a fatia nos royalties de estados e municípios produtores e da União para redistribuir os recursos entre todos os entes federativos, mas foi suspensa por liminar da ministra Cármen Lúcia, do STF, em 2013, a pedido de Rio e Espírito Santo, principais prejudicados. Desde então, o tema aguarda decisão final do plenário da Corte.

Na ação, o argumento central, corroborado por especialistas, é o de que os royalties não podem ser confundidos com tributos. Isso porque a Constituição estabelece os royalties como uma compensação aos estados e municípios produtores pelos riscos e impactos sociais e ambientais ligados à produção de petróleo. Por esse entendimento, se mantida a lei, estados e cidades não afetados pela atividade se beneficiariam indevidamente.

SEGURANÇA JURÍDICA

Além disso, estados produtores não podem cobrar ICMS do petróleo porque o imposto incide onde os derivados são vendidos e não na origem, como acontece com outros produtos. A ação também aponta atentado à segurança jurídica, já que a lei permitia alterar a distribuição de royalties em contratos já celebrados.

Em setembro, o Rio passou a apoiar formalmente uma proposta de acordo protocolada pelo Espírito Santo no STF, mas a atual administração fluminense estuda rever a decisão tomada pelo governador afastado, Wilson Witzel. A leitura é a de que não há tempo para alcançar um consenso em torno da proposta, que reduz as perdas para estados produtores, mas também diminui ganhos que não-produtores podem ter caso a liminar seja derrubada. No cenário atual, cada governador tende a atuar em causa própria.

A proposta prevê que os contratos fechados até 2012 sejam distribuídos conforme as regras antigas. A partir daí, a redução da fatia dos produtores seria menor. Fontes a par das novas negociações argumentam que a adesão ao plano do Espírito Santo não envolveu a sociedade do Rio e traz “pouca clareza” sobre as regras para os municípios. Com o adiamento, haveria tempo para costurar um novo plano. Procurada, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RJ) disse que “segue avaliando a melhor estratégia a ser adotada para a defesa dos interesses do estado.”

Caso o Rio perca a disputa no STF, terá que devolver parte dos royalties que recebe desde 2012. As perdas chegariam a R\$ 57 bilhões até 2025, segundo estimativas do governo fluminense, que já vive grave crise fiscal. Se os efeitos valessem só a partir deste ano, ainda assim o rombo seria significativo: R\$ 34 bilhões no período.

Para o economista Bruno Sobral, professor da Uerj, esse cenário torna urgente o adiamento do julgamento no STF e uma definição que impeça os prejuízos para o Rio.

— Como devolver esses recursos? O problema não é apenas dividir o recurso futuro do pré-sal, mas o que há hoje. O Rio não está se vitimizando, é preciso responsabilidade técnica — diz Sobral. — Não se pode descaracterizar a definição de royalty. Do jeito que está (na lei da redistribuição) é inadequado. É preciso ampliar a discussão da divisão dos royalties com a reforma tributária. A distribuição de recursos é algo político.

Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), concorda que os royalties não são impostos.

— Agora, é tentar negociar para perder o menos possível. A lei aprovada em 2012 é nefasta para o Rio — diz. — O petróleo vai acabar. Esses recursos são uma forma de ressarcir as gerações futuras.

Mauro Osório, professor da UFRJ e diretor do Conselho Fiscal da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), também ressalta a questão constitucional:

— Não podemos perder o entendimento das definições previstas na Constituição.

O governo do Rio não quis se manifestar sobre a estratégia de adiamento do julgamento, mas afirmou, em nota, que o pagamento de servidores e aposentados e o custeio da máquina pública serão prejudicados se houver corte nos royalties. O presidente da Alerj, André Ceciliano (PT), defende a construção de um acordo que contemple todos os estados sem inviabilizar as finanças do Rio e seus municípios:

— Não há outro caminho, ou vamos ficar sempre com essa espada sobre a cabeça. Há espaço para acordo. Temos que buscar a bancada e o governo federal, não dá para a cada seis meses viver essa incerteza.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/10/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Strickland

Título: Gasolina: nova queda

A Petrobras divulgou ontem o reajuste, para baixo, no preço dos combustíveis praticado nas refinarias. A gasolina terá redução de 5%; o diesel (S10 e S500), de 4%; e o combustível marítimo (Dmar), de 4,1%. Os novos valores passam a valer a partir de hoje, mas não devem favorecer em nada o consumidor.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do DF (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares, garantiu que haverá uma queda de, aproximadamente, R\$ -0,06 no litro da gasolina nas bombas, o que anulará o impacto do aumento de R\$ -0,07, há duas semanas.

“Pode-se observar que as bombas de gasolina continuam com o mesmo preço. Ou seja, o aumento que ocorreu, há duas semanas, pela Petrobras, quase nenhum revendedor repassou. Em contrapartida, como essa queda de preço que está no mesmo patamar, é muito provável que não haja reajustes nos postos. O mercado está muito instável e a questão do dólar e do barril de petróleo têm influenciado muito os preços. Isso deixou os revendedores calejados”, explicou.

Com a redução do preço do diesel, o valor médio da Petrobras para as distribuidoras passa a ser de R\$ 1,69 por litro e, assim, no acumulado do ano, o decréscimo é de -27,3%. Já com a da gasolina em 5,0% (ou R\$ -0,09 por litro), a média de preço da Petrobras para as distribuidoras será de R\$ 1,66/litro — a redução no acumulado do ano será de -13,7 %.

CAPAS DE JORNAIS

[illegible]

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.445

TERÇA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2020

R\$ 5,00



Regiões do polo Sul sem luz que podem preservar água

Contra STF, Bolsonaro diz que juiz não decide sobre vacina

Maioria na corte defende que Estado possa obrigar imunização, prevista em lei assinada pelo presidente

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve decidir antes de a vacina da Covid-19 ficar disponível se o Estado pode obrigar a população a se imunizar. A maioria dos magistrados defende reservadamente que é possível, sim, impor essa medida.

Ao menos sete ministros já sinalizaram nos bastidores que são a favor de o poder público realizar a determinação. O entendimento é que o direito coletivo de proteção à saúde, nesses casos, se sobrepõe às garantias individuais de cada cidadão.

Ontem, Jair Bolsonaro disse a apoiadores que um juiz não pode decidir sobre o assunto. "[Não] é uma questão de Justiça, é uma questão de saúde acima de tudo. Não pode um juiz decidir se você vai ou não tomar a vacina. Isso não existe."

Leis já apontam a possibilidade de imunização obrigatória em algumas circunstâncias. Artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que "é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias".

Além disso, o artigo 3º da Lei 13.979, assinada pelo próprio Bolsonaro em fevereiro, diz que autoridades "podem adotar realização compulsória de vacinação ou outras medidas profiláticas" no enfrentamento de emergência de saúde pública. Saúde B1

Ciência B6

Muito mais água na Lua

A Nasa divulgou dois estudos que demonstram para além de qualquer dúvida a presença de água na Lua — e em regiões iluminadas pelo Sol. Resultados têm implicações importantes para futuras missões.

Auxílio não cobre queda na renda de SP, RS, ES, MS e DF

Estudo aponta que o auxílio emergencial não conseguiu superar a perda da massa de rendimentos na pandemia em cinco unidades da Federação: São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal. Mercado A19

Pablo Ortellado: O papa e as guerras culturais

A declaração de Francisco a favor da união civil gay ajuda a promover a tolerância aos homossexuais, mas sua batalha reiterada contra o moinho de vento da teoria do gênero fortalece, indireta e involuntariamente, os violentos e preconceituosos. Opinião A2

SP libera parques de fim de semana e cemitérios no dia 2

A prefeitura anunciou a abertura de parques da capital paulista aos sábados, domingos e feriados a partir de sábado (31). O governo estadual liberou também os parques estaduais aos fins de semana e os cemitérios no feriado de Finados. Cotidiano B3

Matrículas mostram fuga de particulares e até das escolas

Os pedidos de novas matrículas para pré-escola despencaram 56% na rede municipal de São Paulo, e 90% dos novos inscritos até setembro são egressos da rede particular — ante 35% em igual período de 2019. O movimento preocupa a gestão Bruno Covas (PSDB).

Além da perda de renda das famílias, o fluxo atípico pode sinalizar um aumento abrupto do uso da capacidade do sistema, com eventual superlotação. O quadro sugere ainda a dívida de muitos pais de manter suas crianças na escola em meio à pandemia. Cotidiano B2



Cena do espetáculo 'Protocolo Volpone', da companhia Bendita Trupe; espectadores assistem à peça em cabines individuais para se proteger. Adriano Vitorini/Folhapress

Conservadora é confirmada para Suprema Corte dos EUA

O Senado dos EUA aprovou em votação em plenário ontem o nome da juíza ultraconservadora Amy Coney Barrett, indicada pelo presidente Donald Trump, para ocupar na Suprema Corte o posto deixado pela progressista Ruth Bader Ginsburg, morta em setembro. A confirmação ocorre a oito dias da eleição presidencial. Mundo A16

Filipinas chamam embaixadora após cenas de agressões

O governo filipino determinou o retorno da embaixadora no Brasil, Marichu Mauro, após veiculação de imagens em que ela agredia funcionária doméstica na residência da missão em Brasília. A vítima, também filipina, já voltou a seu país. Mundo A18

Nelson de Sá Drive-in em cubículo plástico não é teatro

Ilustrada B9

Esporte B7

Capitã do Taboão, derrotado por 29 a 0, quer ser escudo e voz de jogadoras jovens

Escravo que se tornou arquiteto terá estátua
São Paulo terá monumento que homenageia Joaquim Pinto de Oliveira, arquiteto escravizado do século 18 conhecido como Tebas. Entrega será no Dia da Consciência Negra. B4

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	5,4 mil	157,5 mil
Óbitos*	22,9 mil	461
Variação**	-1%	-18%

Estágio da pandemia
Acelerado
Desacelerado



Dados das 20h de 26 out
*Medida móvel de 7 dias
**Em relação a 14 dias



Professores e estudantes em ato em Minsk, na Bielorrússia

eleições 2020

Sem verba do PSL, primo de Bolsonaro apela a aliados em Jaboticabal A6

'Mini-Dória', Sabará foi de promessa do Novo a expulso do partido A8

Transporte é desafio a candidatos na extensa Mogi das Cruzes A10

Greve falha, e Belarus mantém repressão

Movimento convocado pela oposição não conseguiu parar atividades, e ditador Lukashenko continua a reprimir e prender manifestantes, sem dar sinais de que cederá a pressões. A18

Com liminar, Dória volta a ter bens disponíveis

Decisão suspende bloqueio de R\$ 29,4 milhões em bens do governador em processo de suspeita de improbidade administrativa quando ele era prefeito de São Paulo. A7

EDITORIAIS A2

Novo Chile
Sobre troca da Constituição decidida em plebiscito.
Preservar a Fapesp
Acerca de projeto orçamentário da gestão Dória.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 167.623.478
VISITANTES ÚNICOS 30.539.483



O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM
1872JULIO MESQUITA
(1864 - 1927)

Terça-feira 27 DE OUTUBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46396

estadão.com.br



REBELDIA EM EXPOSIÇÃO

Obras de José Roberto Aguiar no Centro Cultural Fiesp; após adiamento, mostra de pintor conhecido pela postura inconformista é aberta ao público. PÁG. H2

Vendas de imóveis em SP crescem e preços também sobem

Recuperação está sendo puxada pela queda de juros; descontos foram abolidos

Pesquisa do Sindicato da Habitação (Secovi-SP) confirmou a trajetória de recuperação do mercado imobiliário na cidade de SP em setembro, na comparação anual, com expansão de lançamentos e vendas. Pelos dados da entidade, foram comercializadas 5.147 novas unidades no mês passado, 18,9% menos do que em agosto, quando o setor bateu recorde. Ainda assim, o número representou alta de 19,2% em relação a setembro de 2019. No

56.646

unidades foram lançadas em São Paulo nos últimos 12 meses

acumulado dos últimos 12 meses, as vendas totalizaram 49.715 unidades, aumento de 12,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já os lançamentos chegaram a 6.238

unidades. Profissionais do setor dizem que a recuperação está sendo puxada pela queda nas taxas de juros e pelo surgimento de novas modalidades de empréstimos, com novos indicadores. O setor admite alta nos preços dos imóveis com o encarecimento dos terrenos e dos materiais de construção. Descontos e promoções que eram praticados no início da pandemia foram cortados pelas empresas. ECONOMIA / PÁG. B1

17 milhões não devem receber as 9 parcelas do auxílio

Pelo menos 17 milhões dos 67,7 milhões de brasileiros que começaram a receber o auxílio emergencial em maio podem não ser contemplados com as nove parcelas do benefício. Problemas técnicos do sistema e inconsistências cadastrais levaram a atraso na aprovação do auxílio. Segundo a equipe econômica, nenhum pagamento será feito em 2021. A questão deve gerar ações na Justiça contra a União. ECONOMIA / PÁG. B3

● **Judicialização do auxílio**
Bloqueios e cancelamentos feitos pelos órgãos de controle já causam aumento de ações judiciais. PÁG. B3

Polícia de SP investiga ação do PCC contra campanhas

A Polícia Civil abriu inquérito para apurar a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) na eleição municipal. É investigada a possibilidade de a facção estar impedindo candidatos de fazer campanha em regiões dominadas pelos criminosos no Estado. Há relatos de ameaças nas regiões de Campinas e da Baixada Santista. A polícia não conseguiu avançar na apuração e pede que os partidos façam denúncias mais detalhadas. POLÍTICA / PÁG. A4

● **Candidatura de Sabará indeferida**
O TRE indeferiu a candidatura de Filipe Sabará à Prefeitura de SP. Sabará foi expulso de seu partido, o Novo. PÁG. A6

Sua Carreira

Home office acaba com limite geográfico

Apesar de ser cedo para apontar se o home office se tornará regra, especialistas em recursos humanos acreditam que o fim das fronteiras físicas do trabalho ajuda a tornar as vagas mais inclusivas e abre portas a novos talentos. ECONOMIA / PÁG. B6

ENTREVISTA

Jim O'Neil,
economista

Proximidade com Trump não ajudou o Brasil

Para o criador do termo Bric, o País precisa ser mais maduro e seguir políticas que reduzam a dependência das commodities. "Não está claro para mim, de forma alguma, como estar supostamente próximo a Trump ajudou Bolsonaro ou o Brasil", disse. ECONOMIA / PÁG. B4



STF tende a optar pela vacinação compulsória

O STF tende a adotar postura favorável à vacinação compulsória contra a covid-19, em dois julgamentos distintos que devem ser levados ao plenário da Corte. Ontem, Jair Bolsonaro disse que vacina "não é uma questão de saúde". METRÓPOLE / PÁG. A12

● **Parques nos fins de semana**
Com acesso limitado a 60%, parques também serão abertos aos sábados, domingos e feriados em SP. PÁG. A14

● **A pandemia no Brasil** (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	157.451
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	288
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	461
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	5.411.550
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	17.791
TOTAL DE RECUPERADOS*	4.865.930

*NÚMERO DE MORTES NOTIFICADO DA SAÚDE

SP terá teste de covid pela saliva

Teste rápido para o coronavírus por meio da saliva, que pode ser feito em casa, será lançado hoje na capital e em cidades da Grande São Paulo. O exame custa R\$160 e o resultado fica pronto em 24 horas. METRÓPOLE / PÁG. A12



Lua tem muito mais água, dizem cientistas

Novas pesquisas indicam a presença de água congelada em toda a superfície da Lua, incluindo áreas claras e mais quentes. A descoberta influencia futuras viagens ao satélite e, posteriormente, a Marte. METRÓPOLE / PÁG. A15

Eliane Cantanhêde
Enquanto militares se calam, diplomatas vão da perplexidade à indignação diante da subserviência do Itamaraty ao governo Trump. POLÍTICA / PÁG. A6

Pedro Fernando Nery
Promessas de Boulos são incumpridas e ele deve ser cada vez mais desafiado a mostrar a factibilidade de seus planos. ECONOMIA / PÁG. B4

NOTAS & INFORMAÇÕES

Não é o arroz, presidente

Sem Orçamento definido, o Executivo precisa informar com urgência - e de forma crível - como pretende manter a recuperação e arrumar suas contas a partir de janeiro. PÁG. A3

Espírito monárquico
Mais uma vez, o presidente Jair Bolsonaro trata o aparato do Estado como extensão da sua casa. PÁG. A3

Tempo em SP 18° Min. 28° Max.

SUMMIT SAÚDE BRASIL 2020

OS LEGADOS DA PANDEMIA

27/10, das 9 às 11h30

Uma coisa, de fato: Descoberta de astrônomos da Nasa no satélite da Terra vai ampliar exploração espacial

Legião Urbana: Material inédito da banda de Renato Russo vira caso de polícia

O GLOBO

Seu maior, certo a 19 dias da eleição

Conta que não fecha

Gasto do Brasil com servidor é o 6º maior do mundo

País consome 13,36% de seu PIB com a remuneração do funcionalismo ativo e inativo

Relações

Sem lei para coibir, candidatos geram aglomerações

Eleições

Hora em recesso: três vezes mais do que em privadas

Brasil

Governos: Interina assume em SC sob pressão de trabalhadores

'Não pode juiz decidir se toma vacina', diz Bolsonaro

De novo epicentro da Covid, Eurapa se fecha

Rio pede ao STF que adie decisão sobre royalties

Senado confirma saída de Trump na Suprema Corte

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2020

NÚMERO 20.975 • 30 PÁGINAS • R\$ 2,50



Renato Russo em gravações inéditas

Operação Será, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, faz buscas em dois estúdios da cidade e apreende HDs e discos que podem conter, pelo menos, 30 faixas com trabalhos do artista. Material aguarda perícia.

PÁGINA 19



Brasília terá o seu Festival de Cinema

Secretário de Cultura e Economia Criativa, Bartolomeu Rodrigues garantiu, em entrevista ao CB.Poder, a realização do evento, que terá versão digital e será nacionalizado: "Um presente para o DF", afirmou.

PÁGINA 22

Decisão final sobre vacina anticovid deve ser do STF

Da politização à judicialização: começou com Bolsonaro desautorizando acordo anunciado pelo ministro da Saúde para a compra da Coronavac, a vacina chinesa que, no Brasil, será produzida pelo Instituto Butantan. Agora, o caso está no Supremo, que, a pedido de quatro partidos, deverá julgar — em data ainda não marcada — se uma possível vacinação contra o coronavírus no país deve ser ou não obrigatória para todos os cidadãos. Contrário à imunização compulsória, o presidente da República disse, ontem, que a questão não deveria ser decidida pelo Judiciário. "Não pode um juiz decidir se você vai ou não tomar uma vacina. Isso não existe", afirmou. PÁGINA 2



GDF recorre contra aula na rede pública

Objetivo é evitar retorno das atividades presenciais, determinado pela Justiça na sexta-feira. Em escolas particulares, a retomada das aulas do ensino médio foi cercada de cuidados (foto). PÁGINA 18

Nasa/Divulgação

Há mais água na Lua do que se pensava

Cientistas da Nasa anunciam a descoberta de gelo no fundo de microcrateras, em uma área de 40 mil km² da superfície lunar, próxima aos polos do satélite. Recurso pode auxiliar futuras missões espaciais.

PÁGINA 12

Justiça dos EUA sob domínio dos conservadores

Depois de confirmação pelo Senado, por 52 votos contra 48, a juíza Amy Coney Barrett prestou juramento nos jardins da Casa Branca, ao lado de Trump, e prometeu atuar com independência. Suprema Corte passa a ter seis magistrados conservadores e três progressistas. PÁGINA 10

Cerveja com toque criativo

A empresária Patrícia Muller (foto) superou as barreiras da pandemia com o marketing digital e viu seu produto alcançar outros estados investindo nas redes sociais. "Tive de reinventar tudo", conta. CAPITAL S/A, PÁGINA 18

Sebrae/Divulgação



Nem a Justiça impede comício e aglomeração em Luziânia

Mesmo com a decisão do TRE de Goiás de proibir a realização do evento — e o risco de levar multa de R\$ 200 mil —, candidato a prefeito da cidade insistiu em fazer o evento, que contou com a participação do governador Ronaldo Caiado (DEM). Vídeo mostra que medidas de proteção contra o coronavírus foram ignoradas. PÁGINA 4

Nota Legal sorteará R\$ 3 milhões

Mais de 800 mil consumidores cadastrados no programa concorrem, hoje, a prêmios que vão de R\$ 100 a R\$ 500 mil. Cerca de 12,5 mil bilhetes serão contemplados. Sorteio será transmitido em live, às 15h. PÁGINA 17

TRANSPORTE PÚBLICO

Licitação bilionária para novos ônibus

O Governo do Distrito Federal prepara nova licitação para concessão, exploração e prestação do serviço pelos próximos 14 anos. A previsão é de um custo de R\$ 17,4 bilhões. População pode participar da elaboração das regras com sugestões por meio de audiência pública ou por e-mail. PÁGINA 15



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br (61) 99256.3846 DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .